

Crianças migrantes e refugiadas: o acesso à educação infantil

Migrant and refugee children: access to early childhood education

Maiara Frida Elsing¹

Universidade Presbiteriana Mackenzie

maiara.elsing@mackenzie.br

Maria de Fátima Ramos de Andrade²

Universidade Presbiteriana Mackenzie

mfrda@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo de acolhimento de crianças migrantes e refugiadas em uma escola pública na cidade de São Paulo/SP. O nosso propósito é entender, por meio de uma observação direcionada, como a instituição - docentes e funcionários - recebe e acolhe essas crianças, considerando que a presença constante de crianças migrantes e refugiadas na EMEI, além de um desafio, é de grande importância. Com base nas observações e análises efetuadas, foi possível concluir que as iniciativas da escola para acolher essas crianças estão mais vinculadas às atividades dos educadores do que à instituição em si. Embora haja um projeto institucional que aborda a temática e promove a formação contínua, observamos que cada docente desenvolve ações de acolhimento de maneira diversa, ressaltando que as práticas emergem de forma singular.

Palavras-chave: Migrantes e Refugiados; Educação Infantil; Acolhimento; Culturas da Infância.

Abstract: The objective of this article is to analyze the process of reception of migrant and refugee children in a public school in the city of São Paulo/SP. Our purpose is to

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

² Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

understand, through a directed observation, how the institution - faculty and staff - receives and welcomes these children, considering that the constant presence of migrant and refugee children at EMEI, in addition to being a challenge, is of great importance. Based on the observations and analyses carried out, it was possible to conclude that the school's initiatives to welcome these children are more linked to the activities of the educators than to the institution itself. Although there is an institutional project that addresses the theme and promotes continuous training, we observed that each teacher develops welcoming actions in a different way, emphasizing that the practices emerge in a unique way.

Keywords: Migrants and Refugees; Early Childhood Education; Host; Cultures of Childhood.

1 Introdução

Nem sempre a mobilidade é uma escolha. Embora as experiências sejam únicas para cada pessoa, existe um grande distanciamento entre as migrações que são desejadas e aquelas que são forçadas, que decorrem de situações de risco ou fuga por não receberem a proteção necessária de seus países.

Os refugiados são acolhidos pelo Brasil, e seus direitos, incluindo o acesso à educação, são preservados. Esse compromisso está consagrado na Constituição Federal e ainda reforçado pela Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017). Apesar de o direito à educação ser garantido, o acolhimento de estudantes refugiados e imigrantes é uma situação bastante complexa. Frequentemente, esses estudantes encontram barreiras linguísticas, culturais, emocionais e pedagógicas que impedem sua integração na escola.

Diante do atual quadro de migração em nosso país, surge nosso problema de pesquisa: como as escolas de Educação Infantil vêm acolhendo as crianças refugiadas e imigrantes? Quais são as estratégias pedagógicas assumidas pelos professores no acolhimento de crianças refugiadas/imigrantes?

O presente artigo tem como proposta analisar, por meio de uma observação direcionada, o processo de acolhimento de crianças migrantes e refugiadas em uma escola pública de Educação Infantil na cidade de São Paulo/SP.

Para tal, na primeira parte, além de discorrer sobre os documentos oficiais que tratam do acolhimento de refugiados no contexto da Educação Infantil no município de São Paulo, apresentamos alguns dados de órgãos responsáveis pelo acolhimento de refugiados (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, Observatório das Migrações Internacionais – Obmigra e do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE). Na sequência, os dados coletados no contexto escolar são apresentados e analisados e, por último, tecemos algumas conclusões.

2 Documentos oficiais: refugiados, imigrantes e Educação Infantil

De acordo com o relatório divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023), aproximadamente 47,2 milhões de crianças foram deslocadas em decorrência de conflitos ou violência no final de 2023. Desse total, cerca de 19,1 milhões eram crianças refugiadas ou requerentes de asilo. Esse número representa um aumento de mais de 150% desde 2010, quando havia cerca de 18,8 milhões de crianças em situação de refúgio. Crianças ao redor do mundo todo enfrentam obstáculos significativos para acessar a escola, sendo que muitas sequer conseguem iniciar sua trajetória educacional (UNICEF, 2023). Ainda de acordo com dados da UNICEF, cerca de 40% das crianças entre 3 e 4 anos frequentam a Educação Infantil, sendo essa taxa ainda mais baixa entre crianças migrantes, refugiadas e deslocadas. Em alguns contextos, menos de 25% têm acesso à educação da primeira infância.

Em 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em colaboração com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), registrou 58.628 novas solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, conforme dados do Sisconare, sistema gerido pela Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-Conare). Este número representa um aumento de 8.273 solicitações em relação a 2022, que contabilizou 50.355 pedidos. Com isso, o total de solicitações acumuladas desde 2011 alcançou 406.695. O crescimento observado reflete a retomada da dinâmica migratória após o período crítico da pandemia de Covid-19, que havia provocado uma redução expressiva nos pedidos entre 2020 e 2021. Os números atuais aproximam-se dos patamares anteriores à crise sanitária, registrados entre 2017 e 2019, indicando um novo ciclo de intensificação na demanda por refúgio no país.

Dentro destes números, destacam-se os jovens e crianças. O número de solicitações de refúgio entre crianças e jovens aumentou significativamente desde 2021. De acordo com o Conare, em 2023, o perfil etário das pessoas que solicitaram refúgio no Brasil manteve a tendência historicamente observada de predominância juvenil. Dados indicam que 80,5% dos solicitantes estavam na faixa etária de até 39 anos, sendo o grupo de 25 a 39 anos o mais representativo (20.552 pessoas), seguido por crianças com menos de 15 anos (14.244) e jovens entre 15 e 24 anos (12.389).

A proteção integral da infância migrante, especialmente daquela em primeira infância, exige, portanto, uma abordagem intersetorial e humanizada, que reconheça a criança como sujeito de direitos desde o nascimento e que considere sua trajetória migratória como parte constituinte de sua identidade. O reconhecimento dessas especificidades contribui para o fortalecimento de ações articuladas entre educação, saúde, assistência social e justiça, assegurando que os marcos legais não sejam apenas normativos, mas também operacionais na promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral de cada criança.

A expressiva presença de crianças e jovens entre os solicitantes de refúgio gera um alerta ao Estado brasileiro em busca de planejamento e implementação de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais desses sujeitos em situação de vulnerabilidade. Vamos nos deter aqui nos dados coletados referentes ao acesso à Educação Infantil no Brasil, vez que nossa pesquisa está voltada para esse nível de ensino. A Educação Infantil é voltada às crianças de zero a cinco anos de idade, fase em que ocorre o primeiro sendo um momento fundamental para seu desenvolvimento. Na Educação Infantil trabalham-se os aspectos cognitivo, físico, motor, emocional, social e cultural das crianças.

Dados do último Censo Escolar, realizado em 2020, apontam que aproximadamente cerca de 6.000 crianças em situação de refúgio ou migração foram matriculadas no sistema público de ensino municipal na cidade de São Paulo, sendo a maioria oriundas da Bolívia (42,8%), seguido da Venezuela (15,3%).

Quadro 1: Matrículas de crianças migrantes e refugiadas em São Paulo

MATRÍCULAS DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO OU REFÚGIO POR ETAPA DE ENSINO EM SÃO PAULO		
ETAPA DE ENSINO	Números de matrículas	Porcentagem
Creche	2.590	43,7%
Pré-Escola	3.334	56,3%
Total	5.924	100%

Fonte: INEP (2021) – Elaborado pelas autoras

Apesar de o Censo Escolar fornecer dados relevantes sobre o deslocamento de crianças no território brasileiro, ainda não é totalmente possível abranger todas as nuances desse fenômeno, deixando pontos sem registro que merecem atenção. A legislação brasileira (BRASIL, 1996) estabelece que, a partir dos quatro anos de idade, as crianças devem obrigatoriamente estar inseridas no sistema educacional, o que pressupõe que, nessa fase, a maioria já esteja matriculada na pré-escola. Há ainda, o Marco Legal da Primeira Infância – Lei nº 13.257 (2016) que dá ênfase à importância das políticas públicas de forma integradas e da prioridade absoluta da primeira infância, assegurando seus direitos de crianças de zero a seis anos de forma integral: educação, saúde, assistência social, proteção contra violência, convivência familiar, cultura, entre outros, conforme citado no artigo 5:

Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a **educação infantil**, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica. (BRASIL, 2016, grifo nosso)

No entanto, para os menores de quatro anos, especialmente os que estão na primeira infância e em idade de creche, a frequência escolar não é exigida por lei, o que pode explicar a ausência ou a menor representação desses grupos nas estatísticas educacionais.

O Currículo da Cidade, documento elaborado pela Secretaria Municipal da Educação em 2020 dedica-se a apresentar conceitos essenciais relacionados aos fenômenos migratórios, incluindo distinções entre imigração, emigração, migrações internas e internacionais, além de abordar temas como fronteiras geopolíticas, políticas públicas voltadas à mobilidade humana, deslocamentos involuntários, solicitações de

refúgio, condições de refúgio reconhecidas e situações de apátridas. No quadro 2, a seguir, é possível encontrar uma síntese que organiza e resume essas definições disponibilizadas no material oficial.

Quadro 2 – Síntese dos conceitos apresentados no Currículo da Cidade – Povos Migrantes

CONCEITO	SÍNTESE DA DEFINIÇÃO
Imigrante	Da perspectiva do país de destino, aquele que chega ao país para residir.
Migração	Movimento de pessoa. Sair de um lugar para o outro com o objetivo de permanecer.
Refugiada	A pessoa que, por medo de ser perseguida por causa de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um grupo social, se vê forçada a deixar seu país. A legislação brasileira inclui também a situação de grave e generalizada violação dos direitos humanos.

Fonte: As autoras (2022) – de acordo com informações do Currículo da Cidade – Orientações Pedagógicas – Povos Migrantes.

Ao examinar os documentos oficiais do município de São Paulo, chegamos à conclusão de que existe uma rede de suporte e acolhimento destinada às pessoas em condição de migração e refúgio. Entretanto, os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) esclarecem de maneira contundente que as Unidades Educacionais (UEs) são as encarregadas pelo planejamento, pela inclusão e pelo acolhimento dessas crianças.

3 O acolhimento de crianças migrantes e refugiadas no contexto escolar

Os últimos dados levantados na rede pública da cidade de São Paulo revelam que a quantidade de alunos migrantes e refugiados matriculados vem crescendo anualmente. A escola que acompanhamos foi escolhida por receber anualmente diversas crianças e famílias em situação de migração ou refúgio na cidade de São Paulo. O estudo aconteceu com duas turmas de uma EMEI, no município de São Paulo, durante o primeiro semestre de 2022. Levando em consideração a disponibilidade das professoras e da gestão.

A escola que acompanhamos foi escolhida por receber anualmente diversas crianças e famílias em situação de migração ou refúgio na cidade de São Paulo. As observações foram feitas em duas turmas da EMEI no primeiro semestre de 2022. A escola foi construída em um terreno com aproximadamente 3000 m², próxima a uma estação de metrô. A proposta pedagógica da escola está baseada nas concepções e princípios integrantes do documento “Currículo da Cidade – Educação Infantil” da RME-SP. A proposta prevê práticas que rompam com a cisão entre corpo e mente, entre o brincar e o aprender e nessa perspectiva

está articulado às concepções de criança, infância e educação que contemplam a organização de tempos, espaços e vivências e evidenciam as diferentes manifestações expressivas e de linguagens das crianças.

Um ponto importante a ressaltar identificado no Projeto Político Pedagógico da escola é o Projeto Especial de Ação (PEA) que aconteceu no ano de 2019. O projeto teve início em 12 de fevereiro de 2019 e terminou em 27 de novembro do mesmo ano e teve como objetivo o acolhimento de crianças refugiadas na infância. A justificativa apresentada para a escolha do tema do PEA 2019 está descrita da seguinte maneira, conforme consta no PPP elaborado pela equipe docente da escola:

[...] a questão da Unidade Educacional, nos últimos anos, receber um número cada vez maior de crianças em situação de migração e refúgio, com famílias vindas de outros países. Em 2018 tínhamos crianças com famílias provenientes de doze países (Peru, Síria, Haiti, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Bangladesh, China, Congo, Coreia, Argentina e Palestina), além das brasileiras, que muitas vezes vivenciam a migração interna. Por conta dessa diversidade cultural e dos bons resultados atingidos com o Projeto Especial de ação anterior “A Música e o Brincar na Educação: por todos os cantos e encantos da Infância”, que propiciou boas práticas de acolhimento e aprendizagem à nossas crianças, fomos indicados pela UNESCO para realizarmos uma apresentação sobre o trabalho da unidade no evento de Lançamento do “Relatório de Monitoramento Global da Educação 2019 – Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros”. O PEA anterior hoje se tornou um Projeto Institucional da Unidade, conforme indicação do Conselho de Escola. Relatamos também que o aprofundamento da temática escolhida está pautado no entendimento de que há uma articulação entre ela e os princípios éticos, estéticos e políticos, como bem apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (PPP, 2019, p. 35).

De acordo com o documento, era esperado que os professores trabalhassem com projetos integradores e articulados aos diferentes campos de experiência; que avancem na construção de registros reflexivos para a composição de Cartas de Intenção e documentação pedagógica; haja redirecionamento e transformações das práticas pedagógicas e, por fim, a ressignificação das temáticas desenvolvidas, com ênfase no caráter formativo para as crianças e para os professores, sem desconsiderar o contexto.

As participantes da pesquisa são duas professoras que atuam na Educação Infantil. No quadro abaixo, apresentamos o perfil das participantes:

Quadro 1 – Perfil das participantes

Elsing e Andrade – Crianças refugiadas

NOME FICTÍCIO	IDADE	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA DOCENTE
Rosa (Rosa)	46 anos	Professora	Magistério (CEFAM). Pedagogia e com pós-graduada em Educação Musical e Artes	25 anos na Educação Infantil, sendo 15 na rede pública de ensino
Margarida (Margarida)	47 anos	Professora	Pedagogia e com pós-graduação em Psicopedagogia e em Neuropsicopedagogia, Ludopedagogia e Múltiplas Deficiências	20 anos na Educação Infantil

Fonte: As autoras (2022).

Segundo a professora Rosa, o Programa Educacional da escola foi concebido para atender a esta comunidade tão heterogênea. Para a professora, a proposta surgiu da necessidade de atender a comunidade escolar, sendo implementado em todas as classes da instituição de ensino. Um detalhe ressaltado pela professora é a existência de placas com expressões de acolhimento e de boas-vindas em todas as línguas faladas na escola.

A seguir, temos uma imagem da entrada da escola. Nela identificamos bandeiras de diferentes nacionalidades.

Figura 1 – Registro fotográfico da entrada da escola



Fonte: As autoras (2022).

Em resposta à indagação sobre sua perspectiva a respeito das políticas públicas de acolhimento voltadas às famílias migrantes e refugiadas, Rosa informou que já ocorreram significativos progressos no atendimento a essas famílias migrantes. A docente menciona que o “Currículo da Cidade – Povos Migrantes” constituiu uma significativa conquista para a comunidade educacional e que a capacitação para os educadores acerca dessa temática tem sido recorrente em toda a instituição de ensino.

Conforme Rosa, a população migrante não recebia a devida consideração, não existia uma preocupação com a acolhida, a inclusão e a integração dessa comunidade. Rosa destacou que ainda temos um extenso percurso a percorrer, muitas famílias vivem sem dignidade, são exploradas, humilhadas e sobrevivem de

maneira precária; enfatiza a necessidade e a urgência de investimentos mais significativos, bem como de ações afirmativas e permanentes nas políticas públicas. Rosa, ao elencar as práticas que não se mostraram eficazes, declarou que as ações estão acontecendo de modo adequado e que a família e as crianças têm assumido a parceria.

Optamos em apresentar cada uma das práticas observadas – professora Rosa e professora Margarida – considerando as seguintes temáticas: as estratégias de acolhimento que aparecem em sala de aula e como as professoras trabalham a diversidade cultural em suas turmas.

As observações das turmas aconteceram no primeiro semestre de 2022. As aulas na RME começaram em março e encontramos muita dificuldade para definir uma data e dar início a observação, uma vez que a rotatividade das crianças ainda era grande. Muitas crianças matriculadas não compareceram às aulas nas primeiras semanas e alguns matriculados simplesmente não compareceram na escola. Durante as observações iniciais uma das turmas estava com apenas 15 crianças e a outra com 25. No decorrer das semanas, as crianças foram chegando e, até o final de março as salas estavam cheias, com 35 crianças em cada turma.

A primeira turma observada foi a da professora Rosa. Na classe de Rosa, há duas crianças de origem haitiana, quatro bolivianas, uma criança paraguaia, uma criança de origem árabe e uma criança venezuelana. Ao chegar na escola, as crianças estavam no parque brincando e interagindo entre si com muita naturalidade. Após alguns minutos, a professora as organizou para voltarem para a sala de aula. Em roda, as crianças se apresentaram, cantaram uma música e fizeram a rotina do dia. Ela explicou que eles fariam naquele dia uma atividade de recorte e colagem, as crianças realizaram a atividade em duplas, sentadas em roda no chão, explorando diversos materiais como tesoura, cola, papéis (Figura 2).

Figura 2 – Registro fotográfico da atividade recorte e colagem



Fonte: As autoras (2022).

Após a realização da atividade as crianças foram organizadas para o horário de almoço. Durante a espera para que o almoço fosse servido, a professora cantou uma música que falava para as crianças o que teria naquela refeição (Figura 3):

Macarrão... com carne moída e salada de pepino. Sobremesa: é gelatina. Bom apetite, buen provecho, bon appetit... [pausa] espera aí Rosah, espera aí... o irmão da Rosah me ensinou a falar bom apetite em árabe só que é difícil... vamos de novo: Bom apetite, buen provecho, bon appetit, shahi. Difícil esse né? É a língua da família da Rosah.

Figura 3 – Registro fotográfico do modelo da refeição servida para as crianças



Fonte: As autoras (2022).

Todas as crianças que ingressam em uma nova escola devem sentir-se bem-vindas e acolhidas; para as crianças em situação de migração e/ou refúgio esse acolhimento é ainda mais importante. Conhecer o espaço da escola, seu funcionamento, a cultura escolar é fundamental para que elas se sintam seguras e inseridas no espaço educacional. Percebemos nessa prática da professora Rosa o cuidado em acolher de forma simples com todas as etnias presentes em sua turma; esse cuidado demonstra a percepção que nem todo professor teria. Rosa, busca nas suas práticas diárias, acolher e integrar todos os seus alunos na rotina escolar sejam eles migrantes, refugiados ou brasileiros.

Em outro momento, pudemos observar na prática, a atividade realizada com as famílias em sala de aula – a Roda da Família – que acontece semanalmente na turma da professora Rosa. No dia da observação, a professora havia convidado para a roda da família a mãe de um aluno brasileiro. As crianças a esperavam com ansiedade, em roda e cheios de curiosidade. A mãe da criança chegou e foi recebida com muito carinho pelas crianças e professora, a turma havia preparado um “trono” para a mãe convidada se sentar pois, naquele dia, ela seria a rainha da sala. A professora Rosa introduziu a entrevista à mãe com a seguinte fala:

Olhem pessoal, a mãe de quem está aqui? [crianças respondem: a mãe do João (nome fictício da criança)]. Ela primeira mãe que vem para a escola para a roda da família. Como eu falei todas as mães, pais, avós que quiserem participar e vir ao nosso encontro, serão muito bem-vindos. Pode se sentar aqui (falando com a mãe do aluno) aqui é o seu trono, porque hoje você é uma rainha.

João, como você está se sentindo com a vinda da sua mãe aqui na escola, na nossa sala, na nossa turma?

Criança: Bem, é legal!

Professora: Como a mãe do João já me conhece, vou pedir que vocês se apresentem para ela. Cada um irá falar seu nome e depois bater uma palma, lembram?

As crianças se apresentaram e a professora seguiu explicando como funcionaria a dinâmica da roda:

Hoje a gente vai dar escuta para a Júlia, ela veio até aqui, está doando o tempo dela para nós e nós vamos deixar nossos corações e ouvidos abertos para escutar o que ela tem para nos contar, olhos atentos nela! Então, eu vou fazer umas perguntinhas e depois vocês também poderão perguntar, tá bom? Vamos prestar atenção?

A professora seguiu a entrevista à mãe da criança perguntando onde ela havia nascido, qual era sua idade, como era sua família quando ela era criança, o que ela mais gosta na cidade de São Paulo. A resposta da mãe para a esta última pergunta, gerou uma discussão interessante durante a roda da família, conforme trecho descrito a seguir:

Professora: Júlia (nome fictício da mãe), o que você mais gosta da nossa cidade de São Paulo?

Júlia: O que eu mais gosto... eu acho que é a diversidade, que é a diferença de cada um né? Cada indivíduo, cada um de vocês tem uma característica, tem um traço, uma preferência, um gosto, um estilo... e o mais legal de São Paulo é poder ter contato com vários tipos de estilos diferentes de crianças juntos ao mesmo tempo.

Professora: Crianças, vocês ouviram o que ela falou? Vocês acham que todos nós aqui somos iguais?

Crianças: Não...

Professora: Olhem para vocês, olhem pra mim, olhem pra Júlia, todo mundo é igual? Não, somos diferentes... e isso é muito legal, porque a gente pode conhecer várias culturas, gostos, preferências diferentes em um só lugar. Vejam nossa sala de aula, quantas crianças diferentes nós temos aqui e cada uma com seu jeito, seu gosto, sua cultura... é muito legal né? Agora, alguém tem uma boa pergunta para fazer pra Júlia?

As crianças seguiram fazendo algumas perguntas para a mãe convidada como: qual sua cor preferida, o que você gosta de comer, qual sua brincadeira preferida quando era criança, qual sua comida preferida quando você era criança etc. Após a participação das crianças na entrevista, a professora retomou a fala e perguntou para a mãe do aluno sobre o que achava do bairro do Brás, a mãe respondeu dizendo que no bairro tem tudo que eles precisam e que adora morar nele. Em seguida a professora pediu para que a mãe cantasse uma música que aprendeu quando era criança, antes de cantar, a mãe explicou para as crianças em que momento ela aprendeu essa canção:

Quando eu ia com meus primos visitar a minha outra avó, lá no interior onde minha mamãe nasceu, a gente ia em nove primos. Minha família é enorme. Então, quando a gente chegava lá a casa da minha avó ficava lotada e ela precisava encontrar um jeito da gente ficar dentro de casa, principalmente quando chovia. Ela fazia uns bolinhos de chuva maravilhosos, e como nós éramos em várias crianças, cada criança cantava uma parte da música, cada um tinha sua participação especial, a música era mais ou menos assim, não sei se vou lembrar... (a mãe inicia a canção).

Após esse momento, as crianças cantaram uma música para a mãe e se despediram uma a uma abraçando-a e agradecendo por sua visita à escola. A importância de olhar para a diversidade cultural em meio às demandas do dia a dia e de propiciar o contato das crianças com diferentes culturas vem ao encontro do que diz a BNCC (2019):

[...] na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos (BRASIL, 2019, p. 40).

Além de conhecer essas diferenças, faz-se fundamental que as crianças tenham a oportunidade de conviver com elas, a inteligência emocional é beneficiada quando existe uma educação voltada para o respeito às diferenças. Isso porque a criança aprende a lidar com pontos de vista e realidades diferentes dos seus. De acordo com o Currículo da Cidade – Povos Migrantes (2021):

Um passo necessário a ser dado nesse caminho é identificar a origem das e dos estudantes, de suas famílias e da comunidade próxima à escola. É importante ter um olhar atento, uma vez que muitos bebês, crianças e jovens nasceram no Brasil e têm nacionalidade brasileira, mas sua família tem origem migrante, ou mesmo, muitas delas podem residir em São Paulo, mas ter nascido ou ter a família de outras cidades e regiões de todo o Brasil.

Reconhecer a origem de estudantes e da própria equipe que trabalha na escola é indispensável para poder incluir nas ações cotidianas conteúdos que dialoguem com a bagagem cultural presente nas experiências de todas as pessoas que convivem no espaço escolar e, portanto, valorizar a diversidade cultural (SÃO PAULO, SME/COPED, 2021, p. 49).

Em outro momento, pudemos observar outra prática realizada pela professora. Rosa em sala de aula: a Roda da Criança (Figura 4). Após alguns dias da mãe de João ter ido à escola e participado da roda da família, foi a vez de João participar da roda da criança. No mesmo formato e de forma natural as crianças foram realizando, uma a uma, perguntas parecidas com aquelas feitas à mãe de João.

Figura 4 – Registro fotográfico da Roda da Criança



Fonte: As autoras (2022).

A professora iniciou a conversa direcionando algumas perguntas a João que parecia estar envergonhado e introvertido. À medida que as perguntas foram feitas, João ficou mais à vontade para respondê-las e a conversa seguiu naturalmente. Em seguida, as crianças participaram perguntando qual era seu brinquedo favorito, sua cor preferida, sua comida predileta, do que João tem medo. Assim como na roda da família, João foi escutado e respeitado por seus gostos e preferências, após a roda, as crianças o abraçaram e a atividade foi encerrada.

Percebemos mais uma vez a participação ativa das crianças nas aulas da professora Rosa, o desenvolvimento da escuta de si e dos outros está muito presente em suas aulas e, conforme Oliveira-Formosinho (2013), é papel do adulto criar espaço para que a criança se escute a si própria e comunique a sua escuta.

Ainda, conforme, Oliveira-Formosinho (2013, p. 19) é preciso “[...] dar à criança poder para se escutar e para comunicar a escuta que fez de si. É um processo humanizante – a criança sabe que é garantida a escuta de si e dos outros (pedagogia do ser, dos laços, do pertencimento)”.

As experiências propiciadas pela professora Rosa aos seus alunos evidenciam sua preocupação com o acolhimento dessas crianças não somente no ambiente escolar, mas na sociedade como um todo. Mesmo diante das dificuldades por ela expressadas durante a entrevista, Rosa procura acolher e conhecer quem são

seus alunos e suas famílias; há um envolvimento da professora com as famílias de seus alunos que se tornam parte do cotidiano e da vivência escolar. As famílias vão à escola, falam de suas experiências, sua cultura, suas preferências.

Em uma das observações, pudemos presenciar a vinda das famílias até a escola para a realização de uma oficina sobre arte e cultura. As famílias foram convidadas através de mensagem enviada pelo *WhatsApp* para virem até a escola e participarem de uma atividade coletiva entre as famílias e as crianças. A intenção da oficina era propiciar às famílias momentos de trocas, de interação onde pudessem se conhecer e, para que através da arte – que é uma linguagem universal, elas pudessem juntamente com as crianças realizar uma produção artística. Houve grande aceitação por parte das famílias em participar, muitos compareceram e até faltaram ao trabalho para ter esse momento com os filhos.

Ao chegarem à escola, as famílias foram direcionadas à quadra e a professora Rosa fez um discurso muito emocionado, agradecendo a presença de todos, falou ainda que todos na escola estavam muito honrados por recebê-los e estavam muito felizes por tê-los ali. Uma das falas emocionou não somente a professora, mas também muitos pais que estavam presentes:

Quando a família participa é... da vida da criança na escola ela tá dizendo o quanto que a criança é importante pra ela né? E todo o significado que tem nessa presença, quanto essas crianças vão lembrar desse momento por muito tempo...e para nós como escola é uma honra receber aqui cada um de vocês.

Após essa fala, a professora orientou as famílias a realizarem uma produção artística juntamente com seus filhos utilizando os materiais disponíveis. Foi um momento muito interessante de trocas, de conversas entre as famílias e professora. Pudemos ouvir muitas histórias de vida das famílias, relatos de que na infância não tiveram esse momento de produção artística, relatos de uma experiência não vivida e que agora os pais estavam fazendo juntamente com seus filhos. Esses momentos estão representados nas figuras 5, 6 e 7.

Figura 5 – Registro fotográfico da oficina de arte e cultura



Fonte: As autoras (2022).

Figura 6 - Registro fotográfico da oficina de arte e cultura



Fonte: As autoras (2022).

Figura 7 – Produções artísticas realizadas pelas famílias na oficina



Fonte: As autoras (2022).

Além dessas práticas de acolhimento desenvolvidas pela professora Rosa em sua turma, pudemos observar também a rotina diária de sua sala. Algo que nos chamou a atenção foi que todas as crianças se relacionam muito bem. Na classe da professora, apenas uma criança migrante não fala fluentemente a língua portuguesa, entretanto, isso não dificultou a socialização dessa criança no grupo. Ao observá-la percebemos que mesmo não se comunicando oralmente na língua portuguesa, ela compreendia os comandos dados pela professora e interagia naturalmente com seus amigos; em momento algum notamos que essa criança se sentiu isolada ou não pertencente ao grupo.

A segunda turma observada foi a da professora Margarida, que também conta com 35 alunos. Destes um é nigeriano, dois bolivianos, um é de origem paraguaia e um é uruguaio. Ainda há nesta turma alguns migrantes internos sendo: um pernambucano, um paraibano e um mineiro. Diferente da turma da professora Rosa, a turma de Margarida demonstra ser mais agitada; as crianças correm, falam, gritam e discutem entre si boa parte do tempo.

Durante uma das observações, a professora organizou a turma em suas cadeiras e mesas e iniciou a rotina do dia. Foi feito o calendário, a chamada e a contagem de alunos presentes naquela ocasião. Em seguida, a professora deu a seguinte explicação:

Então, hoje vou ler uma história que se chama fábula. O que é uma fábula? É uma história curta que tem uma moral, ela ensina alguma coisa para a gente...

Nossa, pessoal... eu vou pedir para vocês se sentarem lá fora para eu contar a história. Vocês estão me atrapalhando. Então chega.

A fábula ensina alguma coisa pra gente, algo pra gente pensar. Hoje eu vou ler a primeira fábula. Eu acho que vocês conhecem, a primeira história se chama: a lebre e a tartaruga. Quem já ouviu essa história?

Diante do que foi observado, as crianças não pareciam estar interessadas em ouvir a história que a professora tinha escolhido para contar. A professora abriu o livro e iniciou a contação da fábula, realizando diversas pausas para chamar a atenção das crianças que conversavam ou brincavam entre si. Quando finalizou, a professora procurou discutir com as crianças sobre a moral ensinada na história:

Então, essa fábula ensina que nós não precisamos fazer tudo na frente dos outros. Furar a fila, tirar sarro dos outros, que podemos fazer as coisas no nosso tempo [pausa para chamar a atenção de um aluno] ... essa história da lebre e da tartaruga, ela traz pra gente que a gente tem que respeitar as pessoas, respeitar os amigos, não querer tirar vantagem.

Após esse momento, as crianças foram organizadas para tomar o café da manhã. Dirigiram-se em fila para o refeitório, o cardápio do dia foi leite com sucrilhos. Ao terminarem o café da manhã, as crianças foram direcionadas para o parque; neste dia, brincaram no “brinquibus”, um ônibus adaptado que serve como a brinquedoteca da escola. Lá há vários brinquedos e fantasias que as crianças exploram livremente.

Percebemos, contudo, que houve pouca interação entre crianças e professora durante o momento de brincadeiras, as crianças brincaram de forma livre e a professora realizou intervenções quando houve algum conflito ou para chamar a atenção de um ou outro aluno que não estava cumprindo com os combinados.

Em um outro momento de observação, as crianças estavam novamente brincando no parque, a professora estava explicando para uma criança que não era dia de brincar com as motocas:

Professora: (mostrando os dedos das mãos) Terça, quarta, quinta. Esse dedo aqui ó. Quinta-feira é o dia da motoca. Aí a gente pode brincar de motoca. Certo? Hoje não...

Difícil ele entender, ele chegou hoje (comenta).

O aluno retornou para o parque e a professora prosseguiu observando e chamando a atenção das crianças que estavam “brincando” de bater um no outro. Após algum tempo, a Margarida tentou realizar uma brincadeira de roda com a turma, porém, não obteve sucesso, pois as crianças não a ouviam. Desta forma, reuniu a turma e retornou para a sala de aula, onde precisou conversar com as crianças sobre alguns comportamentos inapropriados:

Professora: ninguém, ninguém pode brincar de bater no bumbum ou colocar a mão no bumbum do amigo. Eu vou começar a chamar as famílias aqui na escola se vir esse tipo de coisa acontecer. Outra coisa, eu acabei de pegar o José (nome fictício) batendo no rosto das pessoas. Rosto não se bate, quem é que vem pra escola pra apanhar? A gente não vem pra escola pra apanhar e pra bater, a gente vem pra escola pra aprender. Para brincar e aprender, ok?

Em seguida, a professora explicou para as crianças que iriam realizar uma atividade de esquema corporal. Demonstrou na lousa como o desenho deveria ser realizado, falando cada detalhe que precisaria aparecer na produção delas. A essa altura, os alunos estavam novamente agitados e inquietos e demonstrando pouca disposição e interesse em realizar a tarefa que a professora estava propondo.

As observações realizadas na turma da professora Margarida foram breves devido ao pouco tempo que tínhamos para finalizá-las. Mas, como já mencionado anteriormente, durante nossas observações não foram identificadas ações e práticas pedagógicas que levassem em consideração o acolhimento das crianças migrantes e refugiadas em sua turma. Ao analisarmos a entrevista e observarmos suas práticas em sala de aula, percebemos que Margarida está mais voltada para a Pedagogia Transmissiva, que Oliveira-Formosinho (2013) define como um conjunto mínimo de informações essenciais e contínuos. Na pedagogia transmissiva os saberes são considerados imutáveis e indispensáveis para alguém que seja educado e culto. O professor então, é visto como mero transmissor do conhecimento e a criança vista como tábua rasa, folha em branco, sendo sua atividade memorizar conteúdos e reproduzi-los com fidelidade (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2013 p. 8). Cabe aqui ressaltarmos que este é o primeiro ano de Margarida como professora de Educação Infantil, mesmo tendo experiência na área de gestão escolar, notamos a importância da expertise adaptativa na prática profissional docente.

De acordo com Darling-Hammond (2019):

Professores experts são capazes de realizar uma variedade de atividades sem precisar parar e pensar como fazer. Exemplos disso incluem em como gerenciar uma sala de aula enquanto os alunos estão trabalhando em grupos, como dar instruções e distribuir materiais enquanto mantém a atenção de todos, como prever a variedade de respostas que os alunos podem dar a uma questão específica [...] (DARLING-HAMMOND, 2019. p. 308).

Acreditamos que os docentes em início de carreira, necessitam de uma rede de apoio onde possam discutir, debater e aperfeiçoar ideias e habilidades, bem como a capacidade de pensar, repensar, discutir com seus pares, avaliar e reaprender constantemente sobre sua prática, de forma que se aperfeiçoem continuamente como profissionais da docência.

4 Considerações finais

Diante do grande número de migrantes e refugiados que o país recebeu, outro questionamento foi levantado: como acontece o processo de acolhimento das crianças migrantes e refugiadas na rede pública de educação do município de São Paulo?

Para elucidar esta questão, selecionamos um ambiente para a realização de nossa investigação: uma Instituição de Educação Infantil, localizada no município de São Paulo. Foi realizada uma análise dos documentos oficiais do município de São Paulo: o Currículo da Cidade e o Currículo da Cidade – Povos Migrantes, além dos documentos da EMEI selecionada. Conduzimos entrevistas com duas docentes e a

coordenadora da instituição, além de analisarmos as práticas pedagógicas nas turmas de cada uma das referidas professoras.

Consideramos, portanto, que é imprescindível aprimorar as políticas públicas no que tange ao acolhimento, à integração e à inserção de famílias migrantes e refugiadas na sociedade. Além disso, é importante o acesso de suas crianças às instituições de ensino, especialmente na Educação Infantil. Uma significativa proporção de crianças de zero a seis anos se encontra em situação de migração ou refúgio, fora do ambiente escolar. A criação de um documento formal que estabelece os direitos dos migrantes e refugiados possui valor insignificante se não for implementado; é imprescindível a capacitação, nesta temática, não apenas de educadores e gestores, mas de toda a comunidade escolar que participa do acolhimento dessas crianças. Além disso, é necessária a oferta de cursos de formação em outra língua para secretários escolares e professores que atendem em suas turmas crianças migrantes ou refugiadas. Um extenso trajeto se apresenta à nossa frente. Considerando a comparação entre a teoria e a prática, é evidente que, embora um progresso significativo tenha sido alcançado, ainda existem diversas áreas a serem aprimoradas.

Ao observarmos as aulas das professoras Rosa e Margarida, notamos que, mesmo atuando na mesma escola, com classes de crianças na mesma faixa etária, há grande discrepância no que se diz respeito às políticas de acolhimento desenvolvidas por elas. Em uma das turmas, são realizadas várias ações que contemplam o acolhimento de todas as crianças, ações pensadas e desenvolvidas com cuidado pela professora Rosa. Percebemos que existe nessa sala de aula uma troca de saberes, que há uma intencionalidade em cada atividade, em cada projeto, em cada conversa que a professora tem com as crianças, há uma preocupação com a aprendizagem do aluno. As crianças são vistas como atores que co-constroem o conhecimento participando ativamente nos processos de aprendizagem (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2013, p. 8).

A maneira como a professora abordou questões como a diversidade cultural, racial e étnica em suas aulas demonstrou seu cuidado em integrar todas as crianças e todas as famílias delas em suas práticas. Percebemos, durante a atividade “Roda da Família”, o cuidado que a professora teve com cada criança, ao convidar um de seus familiares para relatar suas vivências, preferências, gostos, cultura, isto é, sua história, diante das crianças. Logo, observamos que na sala de aula da professora Rosa, as práticas de acolhimento são desenvolvidas e pensadas de modo que todas as crianças se sintam pertencentes àquele grupo.

Já, ao observarmos as aulas da professora Margarida, não conseguimos identificar ações para o acolhimento desses alunos. Conforme já mencionado, este é o primeiro ano de Margarida como professora de Educação Infantil. Notamos que ainda lhe faltam conhecimentos que serão desenvolvidos ao longo de sua jornada como professora, através de pesquisa, estudo, trocas entre seus pares, formações etc.

Esperamos que o relato de nossa experiência com as turmas da EMEI observadas, nossas reflexões acerca das políticas públicas, sobre as ações realizadas por cada professora em sala de aula e os desafios enfrentados pela escola para implementar ações na recepção e acolhimento das famílias e alunos migrantes e refugiados, possa desencadear outros questionamentos relacionados à temática.

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Manual de Procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**. ACNUR Brasil, 2004.

Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/20>

13/Manualde_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado. Acesso em:

18 jun. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **ACNUR lança relatório “Tendências Globais” sobre deslocamento forçado no mundo**. ACNUR Brasil, 2020.

Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/16/acnur-lanca-relatorio-tendencias-globais-sobre-deslocamento-forcado-no-mundo/#>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção de 1951**. ACNUR Brasil, 1951. Disponível em:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-emhttps://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numerosnumeros>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 mar. 2016.

DARLING-HAMMOND, Linda; BRANSFORD, John. **Preparando os professores para um mundo em transformação**. Porto Alegre: Editora Penso, 2019.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia *et al.*, (Orgs.). **Pedagogia(s) da Infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 13-36.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; FORMOSINHO, João. **Pedagogia-em-Participação**: a Perspectiva Educativa da Associação Criança. Porto: Editora Porto, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção de Genebra de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: http://www.pucsp.br/IIIseminario/catedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_ao_estatuto_dos_refugiados.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:

https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação – Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Educação Infantil**. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação – Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Orientações Pedagógicas – Povos Migrantes**. São Paulo: SME/COPED, 2020.

UNICEF. **Child Displacement and Refugees**. UNICEF Data, junho 2024. Disponível em:

<https://data.unicef.org/resources/dataset/migration/> Acesso em: 25 jun. 2025.

UNICEF. **Early childhood education**. UNICEF Data, junho 2024. Disponível em:

<https://data.unicef.org/topic/early-childhood-development/early-childhood-education/> Acesso em: 25 jun. 2025

Submetido: 10/05/2025

Aceito: 05/08/2025